

## Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

### Aviso n.º 2719/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 12 de setembro de 2017, na sequência da opção, exercida pelo trabalhador José Emílio Alves Prates, de regresso da situação de licença extraordinária e ocupação de posto de trabalho existente no mapa de pessoal do serviço de origem, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 10.º, conjugado com o n.º 2 do mesmo artigo, ambos da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, se procedeu à ocupação de posto de trabalho no mapa de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Foi celebrado, com o referido trabalhador, oriundo do sistema de valorização profissional, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de técnico superior, mantendo a remuneração de origem no valor de 1.922,37 (euros) entre a 5.ª e 6.ª posição remuneratória e entre o nível remuneratório 27 e 31 da tabela remuneratória única, com produção de efeitos a 29 de agosto de 2017.

14 de fevereiro de 2018. — O Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto*.

311135964

## ECONOMIA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 2067/2018

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e da alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero, a seu pedido, o licenciado Bernardo Sotto-Mayor Leite Rodrigues das funções de técnico especialista no meu Gabinete, para as quais havia sido designado pelo Despacho n.º 205/2016 de 23 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro de 2016.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de novembro de 2017.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

10 de novembro de 2017. — O Ministro da Economia, *Manuel de Herédia Caldeira Cabral*.

311140459

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio

#### Despacho n.º 2068/2018

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero, a seu pedido, a licenciada Mónica Luísa Respício Gonçalves Trindade das funções de adjunta no meu Gabinete, para as quais havia sido designada pelo Despacho n.º 1289/2017, de 6 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2017.

2 — Quero manifestar publicamente o meu reconhecimento à licenciada Mónica Luísa Respício Gonçalves Trindade pelo modo como sempre exerceu as suas funções, realçando, para além das suas qualidades pessoais e capacidade de relacionamento, a sua elevada competência técnica e os seus sólidos conhecimentos no domínio jurídico e, em especial, na área do direito fiscal, bem como a sua permanente disponibilidade e lealdade no tratamento dos assuntos que lhe foram confiados, que assim justificam o profundo agradecimento e este louvor que me aprez prestar-lhe.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2018.

4 — Conforme o disposto no artigo 18.º do citado decreto-lei, publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

20 de fevereiro de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, *Paulo Alexandre dos Santos Ferreira*.

311148787

### Despacho n.º 2069/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de adjunta no meu Gabinete, no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais, a licenciada Maria Francisca Schubeius de Landerset Gomes, técnica jurista na Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de março de 2018.

3 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do citado decreto-lei, publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

20 de fevereiro de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, *Paulo Alexandre dos Santos Ferreira*.

### ANEXO

#### Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Francisca Schubeius de Landerset Gomes  
Nacionalidade — Portuguesa  
Data de Nascimento — 06/11/1991

2 — Habilitações académicas:

Mestrado em Direito das Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — Instituto Universitário de Lisboa;

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Técnica Jurista na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (2016-2018);

Advogada Associada na Rogério Fernandes Ferreira & Associados (2014-2016);

Advogada Estagiária na Eduardo Paz Ferreira & Associados (2013-2014).

311148746

### Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

#### Despacho n.º 2070/2018

Pelo meu Despacho n.º 9505/2017, de 13 de outubro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de outubro de 2017, foi criado o Grupo de Trabalho que tem por missão o estudo e análise das seguintes matérias: *(i)* operacionalização de prémios nacionais de bingo, *(ii)* viabilidade e enquadramento do videobingo, *(iii)* implementação dos procedimentos decorrentes da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.

O n.º 5 do referido despacho determina que o Grupo de Trabalho apresenta um relatório com o estudo e propostas de medidas concretas até 31 de dezembro de 2017.

Atenta a complexidade das matérias envolvidas e o curto prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos, determino:

1 — Prorrogar o prazo para entrega do estudo e propostas de medidas concretas previsto no n.º 5 do meu Despacho n.º 9505/2017, de 13 de outubro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de outubro de 2017, até 15 de fevereiro de 2018.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

15 de fevereiro de 2018. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

311137316

### Direção-Geral de Energia e Geologia

#### Aviso n.º 2720/2018

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 3 do Art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março, que Fornos Vida-Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, S. A. titular do contrato de exploração da água mineral natural n.º HM-71 denominado Termas de S. Miguel, requereu a definição do perímetro de proteção daquele recurso, localizado no concelho de Fornos de Algodres, distrito da